



# QUEM ESCOLHE O PATRIMÔNIO? UM DEBATE SOBRE A ESTÁTUA DE BARTOLOMEU BUENO EM GOIÂNIA.

Eixo Temático 2 - Práticas de comunidades, grupos e indivíduos: processos de elaboração, identificação e preservação de referências culturais coletivas

Mônica Gama Fileti  
Mestranda, UEG, Brasil  
monicafileti@gmail.com

Tulio Fernando Mendanha de Oliveira  
Professor Doutor, UFG, Brasil  
tuliofmendanha@hotmail.com

\* A revisão do texto é de responsabilidade dos autores

## RESUMO

O texto busca elencar o monumento em homenagem ao Anhanguera (Bartolomeu Bueno da Silva) localizado na região central de Goiânia enquanto constructo identitário e memorialístico visando demonstrar que sobre a referida estátua, repousam interesses de instalação e reconhecimento como patrimônio cultural Goiano cujos interesses políticos representam narrativas cujas tônicas refletem uma história/memória dos vencedores, momento o qual personagens (no mínimo) controversos são elencados como representação de um imaginário otimizado o que, por conseguinte os destitui de suas práticas violentas contra grupos minoritários em nosso caso, especialmente os povos indígenas e populações negras.

*Palavras-Chaves:* Anhanguera; Estátua de Bartolomeu; Memória; Patrimônio.

## ABSTRACT

The text seeks to list the monument in honor of Anhanguera (Bartolomeu Bueno da Silva) located in the central region of Goiânia as an identity and memorial construct in order to demonstrate that on the said statue rest interests of installation and recognition as a Goiano cultural heritage whose political interests represent narratives whose tonics reflect a history/memory of the winners, a moment in which (at least) controversial characters are listed as a representation of an optimized imaginary which, therefore, deprives them of their violent practices against minority groups in our case, especially indigenous peoples and black populations.

*Keywords:* Anhanguera. Statue of Bartholomew. Memory. Patrimony.

## PRIMEIRAS PALAVRAS

Este artigo concentra suas atenções no sentido de visualizar as maneiras pelas quais o patrimônio torna-se uma narrativa elaborada e impressa pelo poder político no sentido de criar representações de eventos e personagens que passam para o imaginário social como historicamente relevantes. Para tanto, utiliza-se da estátua de Bartolomeu Bueno da Silva “o Anhanguera” exposta no cruzamento da avenida Goiás com a via Anhanguera em Goiânia-GO a fim de demonstrar como esta torna-se representativa de um “lugar de memória” (NORA, 1993).

De acordo com o relatório diagnóstico preliminar e levantamento de dados do patrimônio cultural – bens tombados e/ou protegidos na capital/município de Goiânia (2009) devidamente organizado pelo Iphan, e descrito no Plano de Ação para Cidades Históricas, a estátua de Bartolomeu Bueno da Silva foi promovida a proteção dos referidos órgãos através da lei n.º 6962, de 21 de maio de 1990. Conjuntamente com outros 12 bens culturais o município pediu conjuntamente a Secult e ao Iphan que tais expressões culturais fossem tombadas, pois: “Considera bens culturais o que especifica (...) de relevância histórica, não podendo ser alteradas suas características originais (...). Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as medidas necessárias ao cumprimento desta lei” (p.08). Mais abaixo no mesmo relatório, expressa-se algumas das justificativas as quais referenciam a necessidade de proteção aos bens ora citados. No caso da estátua, diz-se que: “Correu e talvez corre o risco de desaparecer da paisagem cultural de Goiânia, conforme audiência pública realizada na câmara de vereadores.” (p.30).

Intencionamos aqui, nos utilizar da estátua do Anhanguera, com o sentido de demonstrar que o conceito de memória segundo a lógica patrimonial trabalha sempre com busca da validação histórica de personagens devidamente escolhidos segundo interesses políticos diversos, o que, por conseguinte significa a imposição de esquecimentos sobre outros, conforme nos mostra Tedesco (2004):

A memória patrimonial é sempre uma tentativa de legitimar/deslegitimar. A aliança entre memória e poder exprime-se na elaboração de forma estruturada do conhecimento histórico. Os poderosos hegemonomizam não só o passado, mas também o futuro: querem ser recordados e, para esse fim, erguem monumentos em lembrança de suas atividades, fazem-no de modo a que essas venham a ser lembradas, cantadas pelos poetas, eternizadas em monumentos e arquivadas (TEDESCO, 2004, p. 79, grifo nosso).

Dito isso, é importante compreender as motivações que estiveram por detrás da instalação do Anhanguera na região central da nova capital goiana, e para tanto, faremos uma breve explanação sobre este processo histórico, seus incentivadores e principais motivadores.

## A ESTÁTUA: INTERESSES DE LEGITIMAÇÃO VARIADOS

O monumento a Bartolomeu Bueno da Silva é uma estátua de bronze, esculpida pelo artista plástico Armando Zago. Está localizada no cruzamento da avenida anhanguera com a Avenida Goiás na cidade de Goiânia-GO. A estátua é toda feita em bronze, com três metros e meio de altura (base e figura), e retrata Bartolomeu Bueno da Silva em uma posição ativa, mirando o Oeste, portando em uma mão uma bacia e na outra um bacamarte. O rosto do bandeirante é

mostrado com uma carranca expressivamente ameaçadora. Com a barba por fazer, o “diabo velho” está bem trajado; camisa por dentro da calça, cinto com uma adaga dependurada do lado direito, um chapéu, e espada posicionada do lado esquerdo; virtudes estéticas que parecem confluir para a ideia de construção e representação de um desbravador.

Falar sobre a estátua do anhanguera requer que façamos um retorno aos debates sobre como estes foram elencados politicamente como heróis de acordo com interesses variados, mas principalmente em torno da revolução constitucionalista ocorrida em São Paulo em 1932. É necessário que se entenda que o clima político em terras brasileiras não era dos mais amenos por essa época: as oligarquias paulistas haviam se sublevado contra o recém instaurado governo de Getúlio e convocaram a revolução constitucionalista que contava com intuítos separatistas.

É interessante notar que esta campanha contou com forte apelo propagandístico por parte dos revoltosos, momento o qual um sentimento de pertença paulistano foi evocado tendo como figura essencialista de um passado desbravador justamente os bandeirantes que, em um dos famosos cartazes convocatórios a revolução aparecia como figura imponente portando em seus braços um mirrado Getúlio Vargas (figura 1).

Figura 1



Fonte: ROSA, abr. 2011.

Em uma análise mais detida acerca da imagem, Leitão (ano, p.16) nos explica que o objetivo era:

realizar uma ligação entre passado e presente paulistas. Mais uma vez, o passado é representado por um bandeirante gigante, fazendo alusão a uma raça forte, uma raça de gigantes, segurando sua arma e um Getúlio Vargas frágil, vulnerável e anão; quanto ao presente paulista, observa-se um soldado constitucionalista com a bandeira paulista em punho, representando a luta que culminaria com a derrubada do governo provisório. O texto “Abaixo a Dictadura” (Figura 3) é autoexplicativo.

Deste modo, a construção dos bandeirantes enquanto heróis está intrinsecamente ligada a elaboração de narrativas e representações em torno dos paulistas – que compunham majoritariamente as bandeiras – enquanto desbravadores do sertão bravo e fundadores dos alicerces políticos e intelectuais do estado nação. Neste sentido Oliveira (2008) nos ensina que intelectuais como o historiador e também pintor Benedito Calixto estavam, no princípio do século XX, motivados pela ideia de que a história nacional carecia de um “elenco de personagens mito e tradições para instituir-se como “ciência” capaz de compreender o passado como um conjunto de estruturas controladas e pretensamente imutáveis” (p.128).

De fato, o bandeirantismo sempre foi quisto como um dos símbolos históricos em narrativas escritas sobre a trajetória brasileira. A forma pela qual grande parte dos livros didáticos escolares perpassou a imagem sobre as bandeiras é resultado do processo de negociação entre política, memória e história. Trata-se de uma convenção figurativa e narrativa que estabeleceu uma dicotomia entre bandeiras (confluência dos interesses da civilização) e o descobrimento do sertão (lugar onde prevalecia o primitivo, o distante o selvagem) de modo que heroísmo e bravura foram constantemente utilizados a fim de exaltar os bandeirantes, alçando-os a um patamar mítico.

Como já se ponderou aqui, Abud (1985) considera que esta mística que envolve os bandeirantes reforçou-se mais ainda com a tentativa de revolta paulista encabeçada por oligarquias que se viram abruptamente alijadas do poder. Com a necessidade de aumento de efetivo humano e recursos logísticos para a guerra, era também preciso de símbolos que conclamassem os ideais paulistas, os bandeirantes encarnavam esta representação. Assim a máxima do herói desbravador foi explorada no sentido de conclamar o recrutamento dos cidadãos em torno de um objetivo em comum. A historiadora pondera que durante este processo, as narrativas sobre os milhares de índios escravizados ou mortos pelas bandeiras, foram sendo subsumidas até cair em ostracismo e até mesmo o cotidiano das expedições marcadas por fome, miséria e doenças foram sendo romanceadas, de modo que a aparência dos bandeirantes recebe uma retocada filtragem estética.

## INSTALANDO A ESTÁTUA E A MEMÓRIA

O rescaldo da construção idealista dos símbolos paulistas acabou ressoando em terras goianas quando da revolução de 1930 e o principiar do Ludoviquismo. Chaul (1986) destaca o modo pelo qual a nova governança instituiu uma série de estratégias que visavam lançar a periferia da história os aspectos políticos típicos das oligarquias (especialmente o caiadismo) que viera anteriormente ao novo governo que se instituiu sob a égide de Pedro Ludovico Teixeira, mas também sob a batuta de Getúlio Vargas que por sua vez precisava conciliar interesses nacionais com as lideranças paulistas. Malfadada a separação estatal de São Paulo, Getúlio como bom conciliador erigiu diversos símbolos nacionais para oferecer ao ethos cotidiano, um ideário nacionalista de coesão e unificação da pátria<sup>47</sup>. É neste íterim que se

<sup>47</sup> É justamente neste contexto que se estrutura o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) órgão nacional que nos anos seguintes seria rebatizado IPHAN, e que era composto por intelectuais, políticos e

interligam o bandeirante como símbolo do aventureiro desbravador dos sertões, o projeto da marcha para o oeste, a construção de uma nova capital para Goiás e, por conseguinte a instalação da estátua ora estudada.

Este debate elenca, portanto, a criação de estratégias representacionais do nacionalismo, momento o qual datas comemorativas, símbolos e outros emblemas são utilizados politicamente enquanto busca de significação identitária e memorialística do estado nação. Esta questão é proficuamente elencada por Brito (2017):

O debate sobre o nacionalismo é determinante para a compreensão do processo de valoração de uma determinada cultura material como patrimônio histórico e artístico nacional, posto que compreendemos esta valoração como resultado das redes discursivas voltadas ao nacionalismo no Brasil e da consequente busca pela construção de uma identidade nacional. Uma dada cultura material, como objetos, arquitetura e até mesmo cidades, sofreu este processo de significação através do discurso do nacionalismo vigente em um determinado momento. Esta rede discursiva fabricou historicamente a autenticidade deste patrimônio arquitetônico como símbolo da nacionalidade. Deste modo, se apresenta como um constructo que tem como objetivo mediar a relação daquele presente com um determinado passado: a origem da nação. (p.43)

A instalação do monumento em homenagem ao Anhanguera representa por si só um ato político devidamente instaurado como processo legitimador de uma determinada memória. Atílio Corrêa Lima, o arquiteto responsável pela elaboração da planta arquitetônica de Goiânia que surgia então como nova capital de Goiás e como expressão da política getulista em vigor nacionalmente, escreveu em seu relatório, feito em 1935 que deveria ser erigido “um monumento comemorativo das bandeiras, descobertas e das riquezas do Estado, figurado como homenagem principal a figura de Anhanguera, no cruzamento dos eixos das avenidas Goiás, Anhanguera e Tocantins” (MONTEIRO, 1938, P.142).

Figura 2 – A estátua do Anhanguera.



Fonte: Foto de Letícia Coqueiro (2021).

demais disseminadores da ideia de construção de representações culturais que transmitissem uma lógica representativa da cultura brasileira.

O monumento foi um presente do centro acadêmico XI de agosto da faculdade de direito de São Paulo que na época contou com a chamada campanha pró-monumento aos bandeirantes em Goiânia, encabeçada por Antonio Sylvio Cunha Bueno que era presidente do já referido centro acadêmico da USP (SILVA, 2020). O posicionamento da estátua também é fruto de uma estratégia simbólica representativa de Atílio: a avenida Goiás e anhanguera se cruzando representariam o marco histórico do encontro entre os índios goyazes e os bandeirantes evocados através da figura do bandeirante. Trata-se, portanto, de um critério alegórico que evoca questões históricas em conjunto com características geográficas do estado de Goiás que seriam mostradas dentro da planta da nova capital goiana.

A instalação da estátua de Bartolomeu Bueno ocorreu em 1942 período posterior as festividades comemorativas de inauguração da capital Goiânia. É necessário compreender que a política Varguista/Ludoviquista da época buscava a consolidação de um ideário de coesão e busca de uma identidade nacional com o sentido de criação de símbolos e signos que dessem ao Brasil, uma noção mais coesa de nacionalidade. Esta busca criativa de elaborações culturais e sócio-políticas tratam-se de esforços que visam acoplar uma visão positivada, quase de unificação cultural frente a uma nação pluriétnica e multicultural. Benedict Anderson (1993) chama tais esforços de tentativas de criação das chamadas comunidades imaginadas. De fato, lembremo-nos que a época vigorava o Estado Novo, e a ditadura de Vargas na época se preocupava com ações nacionalistas como a marcha para o oeste. Conforme nos sinaliza Silva:

Nesse contexto, o bandeirante, figura fictícia de uma personagem histórica real, é manipulada como ícone da identidade paulista e se projeta nacionalmente, como símbolo também da identidade nacional. Seus atributos são positivamente inscritos de modo a glorificar os desbravadores, agentes coloniais, corajosos homens responsáveis pela expansão territorial brasileira (p.18).

A atmosfera mudancista adotada por Getúlio Vargas a partir de sua subida ao poder em 1930 afetou profundamente as relações políticas goianas. O interventor encaminhou uma série de relatórios a Vargas nos quais enumerava os problemas logísticos que impossibilitava que a cidade de Goiás continuasse sendo capital do estado, como a inexistência de saneamento básico, a localização em meio à região montanhosa da serra dourada, as altas temperaturas. Além do mais, Ludovico considerava a mudança da capital o resultado de um processo de transformação instalado nacionalmente, pois com a construção de uma nova sede de governo e uma nova cidade, Goiás operaria um afastamento simbólico de seu passado coronelista:

O ambiente de sadia renovação, gerado no raiz pela vitória da revolução de 30, não ficou, felizmente, adstrito aos estados mais adiantados. A transformação operou-se também em Goiaz. E o governo revolucionário que se instalou neste estado veio proporcionar a ideia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para ambiciosa realização. A nossa atitude decorre tanto do desejo de darmos a este grande estado o ritmo de evolução que lhe é próprio, quanto dois compromissos morais que tacitamente assumimos nos tempos que militávamos na oposição. Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo, não poderíamos permanecer surdos a vontade incontestável da maioria do povo goiano, de cujos anseios nos cumpre ser o defensor (Monteiro, 1942, p.21).

Vemos no discurso de Ludovico uma clara tentativa de um romanceado maniqueísmo: o passado era a representação das oligarquias caiadistas, lugar do qual o estado somente poderia avançar deixando para trás. O antes da revolução de 30 era o velho, bem como o antigo centro administrativo. O pós-revolução era o futuro, cristalizado no horizonte da nova capital e no novo governo chefiado por ele mesmo, que, cumprimos destacar, com vícios políticos continuístas das oligarquias “antigas” sob uma nova roupagem, ou o que Ludovico chamou de “tempo novo para Goiás”. Sob uma perspectiva política e mesmo historiográfica Carvalho (2002) conclui que Goiânia gestou-se enquanto uma “filha diletta da revolução de 30 em Goiás”.

Mas para concretizar a nova capital no sertão goiano o interventor teve que superar uma série de obstáculos logísticos: a quase inexistência de mão de obra especializada, falta de recursos financeiros a carência de materiais de construção, a obstrução de proprietários de terras desapropriadas e claro, a oposição política do bloco anti Ludovico, localizado na cidade de Goiás. No entanto, com o projeto indo à frente todas estas objeções vencidas por Pedro Ludovico só fizeram exaltar sua figura, a ponto de ser comparado com um “novo Anhanguera”:

Só um filho dos sertões, conhecedor do abismo que separa a civilização existente nas metrópoles da noite colonial do vasto hinterlante brasileiro, pode calcular, com precisão matemática, o esforço, a energia e a coragem de quem vem dando provas o senhor Pedro Ludovico (...) o novo Anhanguera. Sua audácia no seio da terra brava de Goiás lembra a teimosia dos primeiros desbravadores da capitania, entre eles o legendário Anhanguera, que investia contra a ferocidade dos Goitacazes e fazia arder a superfície das lagoas, assustando os filhos das selvas com emissários do inferno. (Teixeira, 1936, apud Fernandes, 2003, p. 50).

Notemos, portanto, que o próprio interventor é alçado como símbolo figurativo do desbravamento dos “sertões”, de modo que anos depois ele próprio teria sua própria estátua erigida. Neste momento, Souza (2019) aponta que durante as polêmicas em torno do local de instalação da estátua equestre de Pedro Ludovico Teixeira no ano de 2010, o jornal *Opção* publicou uma reportagem<sup>48</sup> provocativa dizendo que os goianos “parecem acometidos por uma nova doença, a ‘ludoviquice aguda’”. O jornal chamava a atenção para a constante utilização do nome do primeiro interventor do estado de Goiás em logradouros públicos pela cidade de Goiânia e também criticava o fato de que se constitui quase uma aura mítica em torno de Pedro suscitando um homem sem defeitos, a cristalização de um herói estadual. Mais à frente, a reportagem analisa de forma mais fria a trajetória do político, dizendo que ele liderou em Goiás “um governo tão despótico quanto o de Getúlio Vargas, com perseguição implacável aos adversários políticos”. O texto termina dizendo que em Goiânia, tudo parece lembrar Ludovico, enquanto outros nomes de igual ou maior importância são relegados ao esquecimento.

Utilizamos o exemplo desta reportagem, pois ela nos pareceu o modelo mais didático (ainda que não tratemos de Pedro Ludovico) para sinalizar a exaltação da figura dos bandeirantes, especialmente cristalizada na estátua do anhanguera cujo simbolismo fora igualmente construído enquanto importância. O autor (ou autora) da reportagem parece referenciar os dizeres do clássico de Michel Trouillot (1995) ao afirmar que a história se torna por vezes não

<sup>48</sup>Jornal *Opção*. Edição 1846 de 21 a 27/11/2010.



o que aconteceu, mas o que se diz ter acontecido, além de nos fazer lembrar que “qualquer narrativa histórica é um conjunto particular de silêncios”.

Ora, conforme nos ensina Borges (2017) “os monumentos públicos de uma cidade também refletem as tônicas vencedoras e dos esquecimentos induzidos P.348”. Deste modo o mito do Anhanguera se erigiu enquanto posição otimizada pelas narrativas que se consolidaram na história goiana. O episódio da bateia pegando fogo, acabou por ser tratado enquanto uma espécie de símbolo diacrítico da prevalência da cultura “civilizada” por sobre a selvageria ou mesmo o primitivismo dos povos indígenas. Plasmou-se por sobre o imaginário social goiano um ideário de discursos apologéticos sobre a fundação do arraial que viria a ser a cidade de Goiás. Essa série de violências, físicas e simbólicas acabaram por ser obliteradas em nome de uma narrativa salvacionista na qual os Bandeirantes, guiados pelo Anhanguera, (já aqui, visto enquanto peça central do mito em torno de si mesmo), fundaram a civilização em meio a barbárie.

Como sinaliza Arrais (2010) os monumentos são criados para gravar e se fixar – como símbolos

– os motivos dos homens do passado. Importa torna-los permanentes para tocar as emoções dos homens do presente e mobiliza-los. No entanto, constantemente há a atuação polifônica de ordem cultural ou política para reavaliar debates acerca dos monumentos dentro da esfera pública em Goiânia (Borges 2017).

A maior parte das narrativas históricas tratadas como expoentes de uma identidade nacional “esquece-se” de movimentos finos das subjetividades, ao passo que positiva, romantiza e exalta expoentes que conduzem mitos fundadores a congregar através de personas ou eventos um sentido comunitário. Em um debate parecido, Canclini (2006) ressalta que tais estratégias podem ser vistas como a construção de narrativas auto consagradoras do poder, denominação a qual em nossa ótica cabe bem aqui, uma vez que em muitos sentidos o espectro político prefere se recolher do debate sobre personagens cuja trajetória de vida espelha significados variados. Nesta mesma linha, Paul Ricoeur (2007) chama isso de “estrutura fundamental de existência coletiva” e segundo ele a violência exerce aqui um papel fundamental; é através de episódios marcadamente violentos – mas que por vezes são heroicizados – que se busca promover vínculos identitários entre os sujeitos. A violência torna-se então uma espécie de contrato de existência:

(...) não existe nenhuma comunidade histórica que não tenha nascido de uma relação que possa se comparar sem hesitação à guerra. Aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um estado de direito precário. A glória de uns foi humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem uma cura. (RICOEUR, 2007, p. 92.)

É bastante curioso notar como até mesmo o ato do ardil utilizado por Bartolomeu Bueno ao tocar fogo em uma bateia cheia de álcool, e dizer que poderia fazer o mesmo com os rios, ganha traços de uma romântica estratégia, sendo destituído de seu estrategema simbolicamente reflexivo, pois através dele foi possível submeter intelectualmente as comunidades indígenas cuja formação cosmológica não conhecia o álcool. Este estrategema

tornou-se com o passar do tempo uma espécie de feito astuto, positivado nas linhas e nas falas de determinados escritores e mesmo pelos manuais didáticos. Deste modo o imaginário coletivo “esquece-se” ou relega a uma justificativa civilizatória que gênese do arraial de Sant’ana foi fundado a partir de um ardil que ganha contornos de uma romântica transformação, sendo mais vista como uma visão hierárquica da submissão simbólica dos ditos civilizados contra os selvagens, desprovidos dos cacoetes citadinos. Vila Boa torna-se então, não um lugar onde uma esperteza se torna um ato honroso, elencada pela coragem e ousadia de uns devotados “exploradores”.

## PALAVRAS FINAIS

Os reencontros e memórias com o passado por vezes levam seus animadores a reavivar acontecimentos, buscando efetuar esclarecimentos sobre relatos oficiosamente instituídos. Este processo demanda (re) avaliar verdades quistas como vigentes. O caso do monumento a Bartolomeu Bueno da Silva é didático ao nos ensinar que, o reconhecimento de bens patrimoniais, o discurso político, e as escolhas daquilo que vai ser representado como patrimônio histórico cultural também operam esquecimentos sobre narrativas históricas.

Ao representar símbolos de grupos pertencentes a um viés elitista, ou que prestam homenagem a personagens (no mínimo) controversos como o que aqui retratamos, quisemos demonstrar que a memória opera construções de sentidos que exercitam romantismos permeando determinados sujeitos, lhes oferecendo um tom grandiloquente e uma aura de heroica. A estátua do Anhanguera é parte do conjunto memorialístico devidamente elaborado como esforço de criação de narrativas que uma vez impressas nos manuais e nos livros didáticos ganham o peso de uma tradição que otimiza uma imagem coercitiva da identidade goiana. É neste sentido que a memória tem movimentos engendrados politicamente se utilizando da história para os mais variados interesses.

## REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de História da USP, 1985.

ARRAIS, Cristiano Alencar. **Monumentos e usos do passado**: uma tentativa de conceituação a partir de três experiências. In: Anais do XII Encontro da Anpuh-Ceará – Universidade Regional do Cariri, 2010.

BORGES, Pedro Célio Alves. Mudanças urbanas e fragilidades da política de memória (a destruição do monumento ao trabalhador em Goiânia). Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 2, Maio/Agosto 2017.

BRITO, Caroline Marcelo de Sousa. **Mário de Andrade**: um nacionalista ou um regionalista paulista no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional? Rev. Hist. UEG - Porangatu, v.6, n.2, p. 42-63, ago./dez. 2017.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo, EDUSP, 2006.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. "Construções de Goiânia". In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.) **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

CHAUL, Nasr F. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 1986.

FERNANDES, Marilena Julimar. **Percursos de Memórias: A trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira**. Dissertação, mestrado em História. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

NORA, Pierre. **Os lugares de Memória: a problemática dos lugares**. Projeto História, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Emerson Dionísio G. de. **Instituições, arte e mito bandeirante: uma contribuição de Benedito Calixto**. SÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA [19]; João Pessoa, jul./ dez. 2008.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROSA, Maria Cecília. **A interpretação do patrimônio arquitetônico para um público deficiente**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural). Portugal: Instituto Politécnico de Tomar. 2011.

SANDES, Noé F. **A invenção da nação – entre a monarquia e a república**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2011.

SILVA, Jordana Fonseca. **Quando o Anhanguera cruza Goiás: o monumento aos bandeirantes na nova capital**. Dissertação mestrado- Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2020.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **A mitologia bandeirante: construção e sentidos**. História Social. Campinas – SP NO 13 151–171 2007.

SOUZA, Rildo Bento de. **O Museu, a estátua e a cidade: Leituras sobre o patrimônio em Goiânia**. Anais do 5º simpósio da faculdade de Ciências Sociais. Setembro de 2019.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

Catálogo na Publicação  
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

---

C749 Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário (2023 : São Carlos, SP)  
Anais do Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário, 08 a 10 de maio de 2023 / editores: Paulo César Castral... [et al.]. – São Carlos-SP: IAU/USP, 2023.  
463 p

ISBN: 978-65-86810-65-3

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural. 3. Patrimônio arquitetônico. 4. Urbanismo. 5. Pesquisa. I. Castral, Paulo César, ed. II. Título.

CDD 720.63

---